



AFINAL, QUEM ÉS TU, AMAZÔNIA? MITOS E CONTRADIÇÕES NA HISTÓRIA

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Martha Luiza Costa Vieira
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo: A história das formações socioeconômica e política da Amazônia foi concebida, a partir de um olhar externo a ela, desde o período da colonização. O ensaio tem, como objetivo, analisar o processo de formação histórica da Amazônia, bem como os conflitos socioambientais, resultantes do período de colonização na região. Observa-se que a natureza era vista como obstáculo ao progresso, à modernidade e ao desenvolvimento, aspecto que vinha acompanhado da construção de enunciados discursivos de sua dominação. A escravidão indígena resultou no etnocídio de várias etnias, fruto das condições de trabalho, da fome e das doenças, das quais esta população foi acometida, enquanto as imposições cultural e religiosa, trazidas pelas políticas pombalinas, tinham, como objetivo central, promover mudanças nos modos de vida dos indígenas, considerados incivilizados. Portanto, ao adotar uma única história para a Amazônia, desconsidera-se a pluralidade que compõe este território, a relação dos povos tradicionais com a natureza, a diversidade cultural e as distintas práxis, que geram territorialidades e que afetam minimamente a natureza, conseqüentemente é necessário pensar em políticas públicas para a Amazônia, a partir dos lugares de fala e dos pertencimentos dos povos que nela habitam.

Palavras-chave: Amazônia; Indígenas; Colonização; Territorialidade.

After all, who are you, Amazon? Myths and contradictions in History

Abstract: The history of the socio-economic and political formation of the Amazon has been conceived from an outside perspective since the colonization period. The aim of this essay is to analyze the process of the historical formation of the Amazon, as well as the socio-environmental conflicts that resulted from the period of colonization in the region. It is observed that nature was seen as an obstacle to progress, modernity, and development, an aspect that was accompanied by the construction of discursive statements of its domination. Indigenous slavery resulted in the ethnocide of various

ethnic groups, as a result of the working conditions, hunger and disease suffered by this population, while the cultural and religious impositions brought about by the Pombaline policies had the central objective of promoting changes in the ways of life of the indigenous people, who were considered uncivilized. Therefore, by adopting a single history for the Amazon, we disregard the plurality that makes up this territory, the relationship of traditional peoples with nature, cultural diversity and the different practices that generate territorialities and minimally affect nature. Consequently, it is necessary to think about public policies for the Amazon, starting from the places of speech and belonging of the peoples who inhabit it.

Keywords: Amazon; Indigenous; Colonization; Territoriality.

Introdução

A formação histórica da região amazônica foi concebida e estruturada, a partir de um olhar externo a ela. As contradições presentes na adoção de uma única História, partindo do imaginário que se tem sobre a região, levaram a uma série de consequências, que tem uma reprodução cíclica no imaginário amazônico, ao longo de séculos, a partir da visão do colonizador.

Esse processo de reprodução cíclica da História tem gerado políticas desenvolvimentistas regionais alinhadas ao desmatamento, ao mercado especulativo e/ou financeirização de terras, à expropriação dos povos amazônicos e ao crescimento dos mercados de *commodities* de grãos, de minérios ilegais etc. (Castro; Castro, 2022). Apesar destas práticas ganharem evidência na mídia, devido a questões climáticas e à visualização da Amazônia como “salvadora” do planeta, frente ao aquecimento global, quando se analisa o processo de colonização da região, observa-se que elas vêm sendo reproduzidas no imaginário ocidental sobre a Amazônia, ao longo dos séculos.

Nesse viés, as contribuições da Amazônia à geração de riquezas não têm se manifestado ou se fixado diretamente na região. Nos últimos anos, houve aumento no Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia. No estado do Pará, por exemplo, houve um crescimento econômico significativo, com o PIB passando de 2,408 bilhões de dólares, em 1975, para 5,332 bilhões de dólares, em 1987, o que representa um aumento de 121% (Loureiro, 2002), porém, devido ao grande crescimento populacional, principalmente em função da migração, a renda *per capita*, que era de US\$ 946,83, em 1975, subiu para US\$ 959,01, em 1987, representando um crescimento de apenas 1,29% para o período (Loureiro, 2002). Por outro lado, os recursos naturais da Amazônia têm sido amplamente

utilizados, pela União, visando explorar a região, resultando em grande desperdício e em utilização intensa. Nos últimos anos, novos investimentos têm sido direcionados à região, com o objetivo de explorar seus recursos a baixo custo ou, mesmo, de maneira gratuita (como no caso da floresta) (Loureiro, 2002).

Durante sua trajetória, a Amazônia sempre tem proporcionado mais recursos a áreas exteriores (Metrópole e Federação) do que tem recebido; tem sido um espaço constante de exploração, de abuso e de extração de riquezas, em benefício de outras localidades e comunidades (Loureiro, 2002). Mesmo nos recentes trinta anos, em que houve significativos investimentos em infraestrutura, esses tinham o objetivo de viabilizar a exploração de riquezas, em benefício da Federação (Loureiro, 2002). Nesse viés, o ensaio tem, como objetivo, analisar o processo de formação histórica da Amazônia, bem como os conflitos socioambientais da região, resultantes do período de colonização.

A natureza como obstáculo ao desenvolvimento

A constituição dos conflitos socioambientais teve início no período de colonização da Amazônia, em que os colonizadores afirmaram ter “descoberto” uma terra sem “ocupação” e com vasta riqueza para exploração. Esse processo de colonização da Amazônia veio acompanhado da narrativa discursiva (Foucault, 2008) de que a região era incivilizada e que a sua natureza precisava ser “domada”, para que houvesse progresso e desenvolvimento, conseqüentemente a colonização da Amazônia foi concebida, a partir do imaginário europeu (Pizarro, 2012). O autor também coloca (Pizarro, 2012, p. 13):

Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes missionários.

O imaginário ocidental constituído sobre a região amazônica gerou conseqüências imensuráveis, que foram sendo deixadas de lado, tanto durante o período da colonização quanto na época das ações do Estado no final do século XIX e no início do século XX. O ideário ocidental vislumbrava a natureza e os rios como inimigos que precisavam ser superados, para que houvesse “progresso” e “modernização” da região. Pizarro (2012) argumenta, nesse sentido, que a Amazônia era vista como um território selvagem, resultando em diversas histórias sobre a região, que passou a ser ocupada pelos

imaginários dos colonizadores e pelos naturalistas, os quais organizaram várias expedições à região, produzindo relatos fantasiosos.

Nessa direção, Porto-Gonçalves (2015, p. 67) afirma:

Para compreendermos a formação da Amazônia em toda sua complexidade, temos que nos remeter a um tempo geológico de 70 milhões de anos atrás. Foi quando se formou o imenso anfiteatro amazônico que podemos imaginar nos colocando nos Andes, na altura do Equador, de frente para o oceano Atlântico.

Hechta *et al.* (2021) argumentam que a Amazônia tem sido vislumbrada como um laboratório experimental para políticas públicas de modernização e de desenvolvimento, desde a Segunda Guerra Mundial, porém desalinhadas à complexidade da região, ao modo de uso da terra e às mudanças estruturais de seu processo de urbanização acelerado, a despeito de seus objetivos, resumidos a integrar a Amazônia às políticas econômicas nacionais e internacionais.

Na década de 1970, tem-se a intensificação das políticas desenvolvimentistas voltadas à Amazônia, por meio de grandes projetos, como o Plano de Desenvolvimento da Amazônia e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e, posteriormente, na década de 1980, o Programa Grande Carajás, que teve o objetivo de promover a exploração de recursos naturais na região (Oliveira, 2023). Essas políticas desenvolvimentistas afetaram a dinâmica de funcionamento da região, devido ao alto índice de desmatamento e aos conflitos agrários que alastram, até os dias atuais.

Essa visão sobre a Amazônia tem gerado conflitos socioambientais na região, em diversos contextos históricos, pois estas políticas de desenvolvimento não refletem a diversidade presente na Amazônia, conseqüentemente a adoção desta compreensão parcial da região tem resultado em intensos conflitos. Escobar (2005) argumenta que o desenvolvimento deve estar vinculado ao conhecimento local, tendo em vista que o território é vislumbrado como lugar de fala e de pertencimento. Segundo Acevedo e Castro (1998, p. 30), a territorialidade “[...] concretiza-se em práticas quotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social”. Ou seja, a maneira como o território Amazônico é concebido pelos colonizadores se vincula a práticas e a ações que estão refletidas na estrutura de sua territorialidade.

A história negada: a escravidão indígena

A escravidão e o etnocídio indígenas, ocorridos durante a colonização da Amazônia, resultou na extinção de várias etnias, dados o excesso de trabalho na floresta, a fome e as doenças, a que os indígenas foram expostos. Na obra *Fronteira Amazônica: a derrota dos Índios Brasileiros*, publicada em 2009, John Hemming traz uma reflexão crítica sobre o quão cruel foi o processo de escravidão indígena na Amazônia.

Hemming (2009) argumenta que, no período das políticas pombalinas, a falsa liberdade concedida aos indígenas, pela Coroa de Portugal, estava atrelada ao discurso de que estes gozavam de todos os direitos de cidadãos livres e de igualdade social. Hemming (2009, p. 33) afirma que “[...] a ‘liberdade’ concedida aos índios na lei de 1755 era, pois, liberdade do controle missionário: era tanto um golpe desfechado sobre os jesuítas quanto um ato de humanidade desinteressada”. Os colonizadores e os missionários tinham, como objetivos, incorporar os indígenas ao trabalho com a agricultura em suas fazendas e os utilizar como instrumentos de povoação das missões jesuítas (Hemming, 2009).

Por sua vez, Acevedo e Castro (1998, p. 43) apontam que:

Os Capuchos da Piedade haviam percorrido vários rios e incorporado milhares de indígenas ao sistema de aldeamento com objetivo de catequese. As expedições eram organizadas a partir do Forte de Pauxis (origem de Óbidos) e foram orientadas para reduzir os índios ao aldeamento ou fornecê-los como escravos para uma centena de colonos.

Esse processo histórico de escravidão indígena é negado, pelos colonizadores e pela história de formação da Amazônia, sob a alegação de que a Amazônia era uma terra sem ocupação humana. Porto-Gonçalves (2015) afirma que a questão indígena na Amazônia se constitui em um desafio, tendo em vista a necessidade de implementação de novos modelos de políticas públicas com a região e, não, para a região, considerando os conhecimentos milenar e secularmente acumulados pelos indígenas, além da existência de mais de 180 línguas na Amazônia, o que requeria novas políticas de desenvolvimento.

Ao analisar evidências da Arqueologia do final do Pleistoceno na região, observa-se a existência de atividades humanas na Amazônia, conseqüentemente os discursos dos colonizadores, de que a Amazônia constituía uma terra sem “ocupação” e de que a natureza precisava ser explorada e dominada em prol do desenvolvimento, são refutados (Neves, 2012). Porto-Gonçalves (2015, p. 70) argumenta, nessa corrente, que “[...] quando chegaram os invasores/conquistadores, os índios da região somavam 3 milhões e 780 mil, segundo as estimativas dos demógrafos” e que a Arqueologia recente tem

revelado pinturas rupestres datadas de 11200 anos, o que representa novas informações sobre a ocupação da Amazônia, antes estimada em 3000 anos.

As imposições cultural e/ou religiosa

As imposições cultural e/ou religiosa sobre os nativos da Amazônia tiveram o objetivo de alterar seus *habitus*¹. Segundo Gaspar (2019), na metade do século XVIII, as políticas pombalinas e a implantação do Diretório dos Índios tinham, como objetivos, mudar os *habitus* dos indígenas, incluindo suas linguagens de comunicação e suas moradias e vestimentas, com o intuito de transformá-los em subordinados da Coroa Portuguesa. Segundo Angelin e Dias (2020, p. 91), “[...] desde o início da colonização europeia no território americano os povos indígenas foram sendo desapossados de suas terras e submetidos a um amplo processo de imposição e assimilação da cultura europeia”.

Além da escravidão indígena, o Diretório dos Índios exercia uma série de imposições culturais sobre os indígenas, objetivando mudar seus hábitos e estabelecer uma relação de dependência, em relação ao poder do colonizador. Gaspar (2019, p. 98) chama a atenção para algumas destas imposições:

A modificação na rotina dos povos indígenas ocorreu em diversos aspectos, pois, além das proibições impostas, como o uso da palavra “negro” (artigo 10) ou substituição da língua *nheengatu* pela língua portuguesa (artigo 6), havia as imposições como o casamento entre colonos portugueses e as mulheres indígenas (artigos 88, 89, 90, 91) e a imposição aos indígenas do vestuário semelhante aos colonos portugueses (artigo 15).

A nudez dos povos indígenas sempre gerou incômodo ao colonizador. Apesar de parecer que a imposição do vestuário estava diretamente ligada à nudez, seu plano de fundo estava vinculado a uma classificação social. Os colonos portugueses eram rotulados em classes sociais, considerando seus vestuários, ou seja, o uso obrigatório de roupas era uma acentuação mais elevada da exclusão social dos povos indígenas.

Essas alterações no modo de vida dos indígenas vieram acompanhadas de processos brutais de violência cultural, pois, apesar de “livres”, segundo as políticas pombalinas, as práticas de violência física e escravidão indígenas continuavam na região,

¹ Sistema de disposições inconscientes que constitui o produto de interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 201 – 202).

consequentemente os indígenas criavam mecanismos de resistência a estas práticas, os quais geravam conflitos com os colonizadores, muitas vezes resultando em morte. Sousa Junior (2010) argumenta que os processos de violência contra os indígenas não se restringiam aos membros do Diretório dos Índios, resultando em fugas ou mortes, mas incluíam os indígenas vinculados ao sistema missionário da época.

O processo de imposição cultural do colonizador aos povos indígenas no período da colonização faz referência à cultura religiosa, em que os indígenas eram vistos como pagãos, pelo colonizador, que precisavam ser “convertidos”, para adquirir “civilidade”. Com isso, os missionários jesuítas tinham, como objetivo, “civilizar” os povos indígenas, a partir da cultura do cristianismo, processo repleto de violência contra os indígenas, conforme apontado por Sousa Junior (2010, p. 85): “[...] na vila de Soure, o vigário padre Joaquim Ignácio da Bitancourt foi alvo de uma devassa mandada tirar pelo bispo, na qual foram denunciadas várias violências por ele cometidas contra índios”.

O processo de imposição cultural da religião fica evidente, quando Angelin e Dias (2020, p. 91) afirmam: “[...] a colonização do território brasileiro foi marcada por incisivos aspectos religiosos e culturais voltados para a civilização dos povos originários, a partir da cultura europeia utilizando-se de diversos meios, em especial, a cristianização”. A imposição do cristianismo aos povos indígenas leva à criação de estereótipos, vinculados às culturas indígenas, que tiveram, como consequência, a dizimação das culturas dos povos originários, além de desprezo e de desrespeito (Dias; Angelin, 2020).

A imposição cultural sobre os povos indígenas significava não considerar suas visões de mundo e de vida, uma vez que a cultura reflete modos de vida, costumes, tradições, ritos, *habitus* e as relações com a natureza. Essa cultura de injunção se traduziu, também, nas práticas cotidianas de territorialidades da pluralidade de sociedades do espaço amazônico.

Considerações finais

Na contemporaneidade, o processo de colonização ainda perdura na Amazônia, por meio das políticas de desenvolvimento pensadas e implementadas na região, a partir dos discursos de modernização e de progresso. Os conflitos e as mortes de lideranças de comunidades da região são práticas rotineiras, que muitas vezes resultam em imbricações

históricas e em lutas por reconhecimento, por demarcação de terras e por políticas que atendam aos anseios das comunidades que residem na Amazônia (Castro; Castro, 2022).

Após séculos de exploração e de abusos, resta ainda a peculiar sensação de que os povos da Amazônia são estrangeiros, vivendo em um lugar desconhecido, em que os de fora continuam a ditar a cultura que devem adotar, o que devem valorizar, que caminhos devem trilhar e quais devem ser seus sonhos e suas expectativas futuras. Essa história opressiva de apagamento da identidade cultural local leva os indígenas amazônicos a se sentirem estranhos em suas próprias terras.

Desde o período da colonização, os grandes projetos para a Amazônia se vinculam à apropriação de áreas de povos amazônicos, com os objetivos de construir hidrelétricas, de instalar empresas multinacionais, de explorar minério, de construir rodovias, monoculturas etc., enquanto a financeirização de terras na região tem, como plano de fundo, permitir a acumulação de capital e a exploração dos recursos naturais, a partir da narrativa de gerações de empregos e de renda.

O avanço do desmatamento em Unidades de Conservação, em especial nos governos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, demonstra as fragilidades dos instrumentos legais e da fiscalização brasileira em garantir os direitos dos povos amazônicos, a exemplo dos Yanomami, vítimas de garimpos ilegais em suas terras, que resultaram em doenças, em mortes, em contaminações de rios e em desmatamento.

Os avanços da soja, do dendê, da pecuária e das buscas por minérios na região amazônica vem alinhados a políticas de usurpação de áreas ocupadas por indígenas, por quilombolas, por ribeirinhos, por povos originários etc., utilizando-se de estratégias diversificadas, com o objetivo de atender ao capital estrangeiro. Por sua vez, as políticas públicas implementadas na região geram a fragmentação do território, com o objetivo de desarticular os movimentos sociais, em favor do financiamento internacional.

Como destacado por Euclides da Cunha, “[... a] Amazônia é a última página do Gênesis a ser escrita” (Loureiro, 2002, inserção nossa). Assim, nesse novo século, é crucial que nos dediquemos à escrita iminente e muito aguardada por Euclides da Cunha, indicando caminhos e oportunidades para um amanhã condigno à era atual (Loureiro, 2002). A extensão dos últimos quatrocentos anos pode ter sido prolongada, porém talvez tenha sido essencial e suficiente para despertar uma consciência e para edificar um projeto de vida autenticamente amazônico, em harmonia com seu povo, com seu rio, com sua

floresta, com os legítimos mitos da região e com a modernidade do século que se inicia (Loureiro, 2002).

Portanto, ao adotar uma única história da Amazônia, desconsidera-se a pluralidade que compõe o território, a relação dos povos tradicionais com a natureza, a diversidade cultural e as diversas práxis que geram territorialidades, que afetam minimamente a natureza, conseqüentemente é necessário pensar políticas públicas para a Amazônia, a partir dos lugares de fala e de pertencimento dos povos que nela habitam.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiões das matas e dos rios. Belém: Editora NAEA, 1998.

ANGELIN, R.; DIAS, E. B. Direito indigenista no Brasil: da cristianização à imposição cultural e jurídica. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 46, n. 02, p. 90–106, jul./dez. 2020. DOI: [10.22351/nepp.v46i2.4168](https://doi.org/10.22351/nepp.v46i2.4168).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CASTRO, E. M. R. de; CASTRO, C. P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 11–36, jan./abr. 2022. DOI: [10.18542/ncn.v25i1.12189](https://doi.org/10.18542/ncn.v25i1.12189).

ESCOBAR, A. ¿Cómo pensar la relación entre ser humano y naturaleza? *In*: ESCOBAR, A. **Mas Allá del tercer mundo, globalización y diferencia**. Bogotá, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GASPAR, C. A. O projeto civilizador de pombal: uma discussão sobre a imposição do vestuário às sociedades indígenas da Amazônia em meados do século XVIII.

Manduarisawa - Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM, v. 3, n. 2, 2019.

HECHTA, S. *et al.* Amazon in motion: changing politics, development strategies, peoples, landscapes, and livelihoods. *In*: **Amazon Assessment Report**. Science Panel for the Amazon, Nova York, 2021. Disponível em:

<https://www.theamazonwewant.org/wp-content/uploads/2022/05/Chapter-14-Bound-May-11.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

HEMMING, J. **Fronteira Amazônica**: a derrota dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2009.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107–121, ago. 2002.

NEVES, E. **Sob os tempos do Equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC-1.500 DC). 2012. Tese (Concurso de Livre-Docente) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PIZARRO, A. **Amazônia as vozes do rio**: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

OLIVEIRA, U. S. Análise histórica das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade do município de Bragança, Pará. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 12, n. 2, p. 74–90, dez. 2023. DOI: [10.18542/cepec.v12i2.15188](https://doi.org/10.18542/cepec.v12i2.15188).

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, p. 63–90, set. 2015. DOI: [10.4000/rccs.6018](https://doi.org/10.4000/rccs.6018).

SOUSA JUNIOR, J. A. de O cotidiano das povoações no Diretório. **Revista Estudos Amazônicos**, v. V, n. 1, p. 79–106, 20